

**AO JUÍZO DA Xª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA
DE SOBRADINHO - DF**

Processo nº:XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Apelante:FULANO DE TAL

Apelado (a):FULANA DE TAL

FULANA DE TAL, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXX - NÚCLEO**

DE XXXXXX, apresentar:

CONTRARRAZÕES

em face da apelação de ID nº XXXXX, pelos fundamentos de fato e de direito contidos nas razões em anexo.

FULANA DE TAL
DEFENSORA PÚBLICA

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO xxxx xxxxx.

Processo n°:xxxxxxx

Apelante:**fulana de tal**

Apelado (a):**fulana de tal**

CONTRARRAZÕES À

EGRÉGIO TRIBUNAL,

EMÉRITOS JULGADORES,

I - TEMPESTIVIDADE

Com base no Código de Processo Civil, o prazo para a oferecimento de contrarrazões recursais é de 15 (quinze) dias úteis.

Ademais, estando a parte assistida pela Defensoria Pública do xxxxxxxxxxxx, a contagem dos prazos processuais é feita em dobro, nos termos do artigo 186 do Código de Processo Civil.

No caso, considerando que a apelada foi intimada para oferecer contrarrazões em 03/07/2023, e uma vez que essas foram apresentadas muito antes do termo *ad quem*, revela-se inquestionavelmente tempestiva a presente peça.

II - BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Cuidam os autos de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais, por meio da qual a autora/apelada pretende o restabelecimento do serviço de energia elétrica fornecido

pela ré/apelante, com o reconhecimento da quitação do

débito em atraso, devidamente pago, bem como a condenação da ré/apelante ao pagamento de indenização moral.

Na exordial, a apelada narrou que pagou todos os débitos em atraso, apresentados pela apelante como tais, porém, mesmo após o pagamento, a apelante apresentou novos débitos para que ela pagasse, de forma a induzir que a totalidade dos créditos não havia sido paga, tendo suspenso o serviço, em razão do não pagamento.

Após oferecida contestação c/c reconvenção, sustentando a regularidade da cobrança e o exercício regular de direito, sobreveio a sentença, em que o d. Juízo *quo* julgou procedente o pedido inicial e improcedente o pedido reconvenicional, nos seguintes termos:

“[...]. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO deduzido pela autora para declarar a inexistência dos débitos inseridos na fatura vencida em 28/06/2022: R\$ 4.104,80 de atualização monetária, R\$ 4.472,03 de juros de mora. Determino que ré restabeleça os serviços prestados à unidade consumidora n. 1.091.768-3, situado ao Condomínio Fraternidade, Conjunto 06, Casa 28, Sobradinho. Condene a parte ré pagar a quantia de R\$ 5.000,00 a título de compensação por dano moral. Esse valor deverá ser acrescido de correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês, a partir desta data. [...]”

No entanto, a ré, irredimida com o referido decisum, interpôs recurso de apelação, pretendendo a sua reforma.

III - DA MANUTENÇÃO DA SENTENÇA

A apelação baseia-se, fundamentalmente, na regularidade da cobrança feita pela apelante e no exercício regular de direito por sua parte.

No entanto, a apelante não tem razão, senão vejamos.

A parte requerida afirma a exigibilidade da dívida das faturas em atraso. Ora, tais faturas não foram ditas inexigíveis pela parte requerente.

Acontece que, apesar de não possuir recursos suficientes para liquidar o valor, ela sabia que estes eram devidos, de modo que, após meses sem energia em seu imóvel, por conta da dívida em questão, fez uma “vaquinha” para conseguir levantar o

valor necessário e quitar o total que havia sido consolidado em março/2022, ou seja, R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXX

A recorrente diz, ainda, que *“atuou em conformidade com a legislação em vigor, no exercício regular de seus direitos e deveres”*. Tal afirmação não se sustenta, todavia.

Com efeito, o art. 345, §3º, inciso I, da Resolução Normativa 1000/2021 - ANEEL, aponta que: *“o consumidor deve ser notificado, de forma escrita, específica e com entrega comprovada, sobre os valores em atraso, **os acréscimos aplicáveis** a possibilidade de encerramento da relação de consumo decorrente da não quitação dos débitos”*.

Assim, ao ser informada, mediante entrega de fatura, acerca da existência de um débito atrasado, no valor de RXXXXXXX a apelada foi levada a acreditar que o pagamento dessa fatura quitaria todos os débitos com a apelante.

Fato é que, diante da necessidade de pagamento da dívida, a requerente procurou a requerida e teve, por parte de um funcionário dela, a emissão da conta (reaviso de contas vencidas) contendo todos os débitos anteriores, tendo sido informada que o pagamento daquela conta consolidada não restaria mais qualquer pendência com a concessionária de energia elétrica.

Ora, o Art. 407 da Resolução diz que *“a distribuidora deve prestar as informações solicitadas pelo consumidor e demais usuários de forma imediata”*, o que claramente não aconteceu no caso em tela.

Acresça-se que, além da alegação do funcionário de que o valor daquela fatura representava TODO O MONTANTE devido pela requerente, tampouco a própria fatura fez qualquer ressalva ou menção a tais valores em seu corpo, mesmo tendo espaço e até um campo específico para *“mensagens importantes”*.

A pergunta que se coloca é a seguinte: qual o sentido

de emitir fatura ao consumidor em 17/03/2022, no valor de R\$ 8.877,18, referente a várias faturas em atraso, e não incluir os juros e a correção monetária incidentes até a data da emissão?

Tal conduta viola expressamente o dever de informação suficientemente precisa, previsto nos artigos 30 e 35 do CDC.

Com efeito, ao emitir uma nova fatura, em 17 de março de 2022, relativa a todos os débitos em atraso, a ré criou a expectativa na autora de que ela estaria quitando a totalidade da dívida, uma vez que não foi feita qualquer ressalva com relação à (não) incidência de juros, multa e correção monetária.

Logo, a quitação do valor relativo ao pagamento das 47 contas em atraso foi dada sem qualquer ressalva quanto a juros ou correção monetária, devendo-se, conseqüentemente, dar-se pela plena extinção deste débito, conforme previsão do artigo 323 do Código Civil: "*sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes presumem-se pagos*".

O entendimento a ser dado ao artigo deve ser equivalente ao regramento geral de que "o acessório segue o principal (*accessorium sequetur principalis*)". Assim, tendo sido dada quitação do principal, não há de se falar em cobrança posterior de encargos da mora, em especial quando esta toma o consumidor de surpresa.

Portanto, deve ser mantida a sentença no tocante à ordem de restabelecimento do serviço e de reconhecimento da quitação integral do débito que ensejou a suspensão indevida deste serviço.

Em relação ao dano moral, a sentença não merece reparos. Isso porque não há dúvida de que a suspensão indevida dos serviços de energia elétrica é fato capaz de causar dano moral indenizável, tendo em vista o transtorno e o abalo psicológico gerado em decorrência da privação indevida a serviço público essencial. Trata-se, a bem da verdade, de situação que ultrapassa sobremaneira o mero aborrecimento.

Da mesma maneira, o valor indenizatório estabelecido na sentença foi fixado de acordo com as peculiaridades do caso concreto e em observância aos princípios da razoabilidade e da

proporcionalidade, não havendo que se falar em minoração do quantum.

Em consequência, demonstrada a irregularidade da cobrança do débito, feita pela apelante, conclui-se pela improcedência do pedido reconvencional, sendo imperiosa a manutenção da sentença hostilizada também nesse ponto.

~~IV - Dos Pedidos~~

Diante do exposto, requer o desprovimento da
apelação, com a manutenção integral da sentença objurgada.

Termos em que, pede deferimento.

FULANA DE TAL
DEFENSORA PÚBLICA